

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos este livro, organizado por Ilka Boaventura Leite, resultado de uma série de encontros realizados sob os auspícios da Associação Brasileira de Antropologia, iniciados na gestão presidida por Ruben George Oliven (2000/2002). As gestões subseqüentes presididas por Gustavo Lins Ribeiro (2002-2006) e Miriam Pillar Grossi (2004-2006) seguiram nesta ação de privilegiar, no âmbito da ABA, a reflexão sobre perícias antropológicas na promoção de fóruns de debates e divulgação dos trabalhos dos pesquisadores engajados neste campo temático.

Este livro é fruto de um debate iniciado há quase duas décadas, desde a promulgação da Constituição de 1988, sobre o papel dos antropólogos na elaboração de laudos periciais. As reflexões sobre laudos, no campo antropológico, se iniciaram em torno da demanda de especialistas antropólogos para a demarcação de terras indígenas, de estudos sobre impactos ambientais em projetos de desenvolvimento e questões territoriais junto aos remanescentes de comunidades de quilombos. A complexidade destas questões e demandas transformaram, hoje, este tema, em projeto prioritário nas ações da comunidade antropológica preocupada com a luta dos grupos sociais em seus direitos e reivindicações.

Esta publicação vem se somar a uma série de outros livros publicados pela ABA sobre temáticas envolvendo questões relativas a laudos antropológicos e aos direitos humanos de grupos indígenas e quilombolas: *Perícia Antropológica em Processos Judiciais*, organizado por Silvio Coelho dos Santos, *Quilombos – Identidade étnica e territorialidade*, organizado por Eliane Cantarino O'Dwyer, *Ética e Antropologia* organizado por Ceres Victora *et alii* e a série *Antropologia e Direitos Humanos I, II e III*, editada por Roberto Kant de Lima.

Trata-se, portanto, de um livro que se insere no projeto editorial que a ABA vem desenvolvendo há várias gestões e que tem como objetivo dar visibilidade a estudos e reflexões de vanguarda feitas pela antropologia brasileira. Destacamos também que neste sentido a ABA editou dois vídeos etnográficos: *Muita terra para pouco índio* de Bruno Pacheco de Oliveira e *Terra de Quilombos: uma dívida histórica* de Murilo Santos.

Este livro dá uma ampla visão das principais abordagens brasileiras sobre a temática dos laudos periciais antropológicos, auxiliando cientistas sociais e profissionais da área do Direito que se confrontam com a sistemática solicitação de estudos para elaboração de laudos que contemplem a identificação étnica para delimitação territorial e análise de impactos sócio-ambientais de projetos de desenvolvimento.

Além de ser uma importante fonte de consulta para antropólogos e operadores do Direito envolvidos com a elaboração de laudos periciais, este livro traz importantes contribuições também para os professores que ensinam antropologia. Ensino que é feito hoje no Brasil em quase cinquenta carreiras de graduação, entre elas os cursos de Direito. Ensino que é também fruto do fértil diálogo entre a ABA e o Ministério Público Federal, uma vez que foi recentemente incluído, em 2004, como conteúdo obrigatório no currículo mínimo dos cursos de Direito.

Como livro texto, esta coletânea será, também, de grande valia em cursos de metodologia de pesquisa de antropologia nos cursos de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Antropologia, uma vez que são raras as referências bibliográficas de fácil acesso sobre esta temática que, como bem lembra Ilka Boaventura Leite na introdução deste livro, remete a um modelo de antropologia conhecido como “antropologia aplicada”, prática da disciplina que tem sido criticado há várias décadas por diferentes correntes teóricas no campo da disciplina por suas implicações com o período colonial.

O mérito deste livro não se resume a consolidar um tema que se torna prioritário para o conhecimento e as práticas antropológicas, mas, sobretudo o de reunir olhares de especialistas que conjugam saberes antropológicos e jurídicos a memória coletiva de comunidades tradicionais no contexto brasileiro.

O livro está dividido em quatro partes.

Na primeira parte estão publicados textos apresentados no histórico *Encontro de Ponta das Canas*, seminário realizado em 2000 no qual foram definidos os principais parâmetros teóricos, éticos e técnicos que têm norteado a elaboração de laudos periciais nos últimos cinco anos. Nesta parte temos as intervenções dos antropólogos Ilka Boaventura Leite, Silvio Coelho dos Santos e Ruben George Oliven e da então sub-procuradora da sexta câmara Procuradoria Geral da Republica – responsável pelas questões referentes a minorias étnicas, Ela Wiecko Wolkmer de Castilhos.

Na segunda parte, intitulada *Laudos de Identificação Étnica e Territórios Tradicionais*, estão publicados artigos de Miriam Chagas, Dayse Barcellos, José Carlos Gomes dos Anjos, José Mauricio Arruti, Miriam Furtado Hartung e Osvaldo Martins de Oliveira. Cada um deles relata uma experiência de identificação territorial de quilombo, problematizando os impasses, limites e avanços teóricos, éticos e políticos com os quais se defrontaram nestas experiências.

Na terceira parte, *Laudos sobre impactos ambientais e projetos de desenvolvimento*, Maria Dorothea Post Darella, Flavia Cristina de Mello e Ricardo Cid Fernandes contam suas experiências na elaboração de laudos em comunidades indígenas guarani e kaingang, Paula Colmegna e Marcelo Veiga Bekhrausen trazem reflexões teóricas sobre a antropologia do desenvolvimento e sobre o princípio da proporcionalidade no Direito.

Na quarta parte, *Ética e Intervenção*, Eliane Cantarino O'Dwyer, Elaine de Amorim Carreira e Simone Becker problematizam questões como o lugar do antropólogo no diálogo interdisciplinar necessário para a elaboração de laudos e as implicações éticas deste gênero de texto antropológico.

O livro traz ainda em seus anexos, importantes documentos que certamente poderão instrumentalizar antropólogos e operadores de direito que atuam nestas questões: o convênio assinado entre a ABA e o Ministério Público Federal, a Carta de Ponta das Canas e ofício da ABA ao ministro chefe da casa civil do governo Luis Inácio Lula da Silva em 2003.

A publicação de *Laudos Periciais Antropológicos em Debate* acontece num momento onde os antropólogos brasileiros encontram-se frente a novos desafios epistemológicos e políticos, numa conjuntura onde as demandas de movimentos sociais têm recebido especial atenção do Estado. Neste contexto, a ABA

tem sido chamada para dialogar e propor políticas públicas relativas a grupos que tradicionalmente tem estudado.

Se, por um lado a ABA conquista hoje um dos lugares pelo qual sempre lutou, o reconhecimento estatal de sua expertise acadêmica no campo da diversidade cultural, de outro, a associação se defronta com novos desafios éticos a respeito dos usos políticos de pesquisas antropológicas pelo Estado e por movimentos sociais. Neste contexto, há uma grande expectativa de que estes estudos realizados por demandas estatais e/ou de movimentos sociais venham a dar subsídios para a definição de identidades e direitos.

Estes são os temas abordados neste livro por antropólogos de reconhecida competência em suas áreas de atuação. É por isto que recomendamos sua leitura.

Miriam Pillar Grossi – Presidente ABA – Gestão 2004/2006

Gustavo Lins Ribeiro – Presidente ABA – Gestão 2002/2004